

Morte de Carlos Cardoso: “Que Investigação É Esta?”

Fernando Balthazar de Lima*

Se o mediatismo do assassinato do jornalista Carlos Cardoso “forçou” o Governo moçambicano a dar sinais de que está a avançar na resolução do caso, já as investigações sobre as mortes nas manifestações da Renamo e na prisão de Montepuez em Novembro de 2000 continuam por concluir.

Com o anúncio das primeiras detenções em torno do assassinato do jornalista Carlos Cardoso, o Governo dá finalmente sinais de que está a trabalhar nas investigações, mais de três meses passados sobre os acontecimentos do *Novembro Negro* moçambicano.

Mas os outros trágicos eventos – as mortes nas manifestações promovidas pela Renamo e as mortes numa cadeia de Montepuez – carecem ainda de um cabal esclarecimento, nomeadamente as circunstâncias em que ocorreram, a identificação das vítimas e a responsabilização da autoria moral e material pela perda de vidas humanas.

A Liga dos Direitos Humanos (LDH) e a organização Direitos Humanos e Desenvolvimento (DIHD) enviaram delegações a Montepuez, tendo divulgado os seus relatórios no mês seguinte. Os cenários descritos incluíam, para além das mortes na sede de distrito, perseguições em várias outras localidades, reportando-se igualmente suicídios e fugas desordenadas para o vizinho território da República da Tanzânia.

O Governo, por seu turno, foi expedito na prisão e no julgamento sumário dos participantes das manifestações de 9 de Novembro, e mesmo no envio de médicos legistas sul-afrikanos a Montepuez, 48 horas depois das mortes fatídicas de 83 detidos. Mas os resultados dos inquéritos continuam sem ser divulgados, o comandante da polícia e o ministro do Interior continuam, aparentemente, intocáveis nos seus poderes.

Melhor sorte não teve a comissão parlamentar de inquérito, composta por elementos da Frelimo e da Renamo-União Eleitoral. Primeiro foram os sucessivos adiamentos devido a restrições de orçamento. Finalmente partiram para a província de Cabo Delgado (onde se localiza Montepuez) no mês de Janeiro, dois meses depois das manifestações. Um acidente de viação em Nampula, pouco mais de uma semana após o início das investigações de campo, pôs termo aos trabalhos da comissão. Não se sabe mesmo quando é que o seu relatório verá a luz do dia. Mesmo assim, a Frelimo avançou em Março com o levantamento da imunidade aos deputados da Renamo envolvidos nas manifestações. Como resposta, estes por seu turno resolveram boicotar os trabalhos do Parlamento com enormes pateadas, uma prática que vem sendo hábito desde Novembro.

O mediatismo do caso Cardoso

No que diz respeito ao assassinato de Carlos Cardoso, indubitavelmente o caso mais mediático, a forma controversa como a polícia decidiu gerir as primeiras informações disponíveis lançou ainda mais confusão e desconfiança na

Moçambique



* Jornalista moçambicano

opinião pública. A 28 de Fevereiro, 99 dias passados sobre o assassinato, o Governo anunciava pela primeira vez detalhes sobre a investigação, nomeadamente as primeiras detenções e a apreensão de materiais ligados à execução do crime, graças à cooperação das polícias da Suazilândia, da África do Sul, do Zimbabué e da Grã-Bretanha.

Quatro dias depois, um semanário pró-governamental publicava uma extensa "reportagem" não assinada, revelando com grande detalhe a operação que levou à detenção de dois dos suspeitos no Reino da Suazilândia, um dos quais possuidor de passaporte português. Mas os detalhes mais controversos do trabalho são

constituídos pela publicação de excertos dos depoimentos à polícia, feitos por repórteres do *Metical* (o jornal de que Cardoso era editor e proprietário), no âmbito da investigação, levando à conclusão que todo o artigo foi feito em conivência com as autoridades policiais.

Como sublinhou a advogada da família de Cardoso, durante largos meses foi-lhe negada a consulta do processo e das peças processuais que o compõem, invocando as autoridades o segredo de justiça, para de súbito o mesmo aparecer nas páginas de um jornal afecto ao regime. Mais preocupante ainda é o facto de, em ocasiões anteriores, o Supremo Tribunal de Justiça ter anulado alguns dos mais importantes processos judiciais, exactamente por irregularidades em sede de instrução do processo.

A iniciativa da polícia, agindo claramente sob instruções do Governo, é corolário de um sinuoso braço de ferro entre o que grosseiramente se pode designar por forças da sociedade civil e o poder instituído.

Ao contrário de situações anteriores, os acontecimentos de Novembro geraram uma forte movimentação da sociedade civil, nomeadamente em torno da figura de Carlos Cardoso. Logo nas primeiras semanas após a sua morte foi constituído um fundo de apoio e criada uma página na Internet onde, entre outras coisas, podia ser assinada uma petição dirigida ao Governo exigindo o rápido esclarecimento da morte do editor do *Metical*. Figuras próximas da Frelimo e do sector intelectual e empresarial vieram a público identificar-se com as iniciativas.

O Presidente da República e o Primeiro Ministro prometeram uma investigação célere e aturada, mas a actuação da polícia cedo reduziu as palavras as proclamações oficiais. Só 15 dias depois do assassinato foram recolhidas as pri-

meiras declarações formais, nomeadamente de jornalistas e dos guardas da empresa que faz a segurança ao *Metical*. Muitas das testemunhas-chave continuaram sem ser ouvidas. O *Metical* perguntava indignado "Que investigação é esta?", um protesto que se repercutia por toda a imprensa independente. O Conselho Superior de Comunicação Social, um órgão suposto de garantir a liberdade de imprensa, emi-

tiu então um comunicado ameaçando a imprensa com suspensões, decorrentes de artigos alegadamente fazendo discursos regionalistas, tribalistas, racistas e de incitamento ao ódio.

A situação não melhorou para o lado governamental.

Chissano vai a Bruxelas e a Londres e é forçado a ouvir perguntas incómodas sobre Montepuez e Cardoso. A 15 de Dezembro é divulgado o Manifesto do Movimento pela Paz e Cidadania, uma amálgama de ONG's, grupos religiosos e indivíduos preocupados com a degradação dos direitos e condições de vida dos cidadãos.

Exigida Comissão Internacional de Inquérito

Um mês após a morte de Cardoso, os seus familiares exigiam junto ao local do assassinato:

- "Que as autoridades superiores se debruçassem seriamente sobre o caso a fim de garantirem resultados que conduzam ao esclarecimento do crime e punição dos criminosos;
- que as mesmas autoridades esclarecessem publicamente o envolvimento e o papel de organizações internacionais tais como a Interpol e as forças policiais de países vizinhos;
- que a sociedade civil moçambicana e a comunidade internacional continuassem a exercer a pressão necessária até que o crime esteja devidamente resolvido."

Mais: declaravam o seu apoio a uma Comissão Internacional de Inquérito para monitorar o processo de investigação. A tudo isto o Governo respondia com o silêncio, a polícia laconicamente dizia que "as investigações correm normalmente" ou "estamos a seguir pistas".

No segundo mês após a morte de Cardoso, o movimento cívico em torno do jornalista faz publicar no principal jornal do país um suplemento pago de 22 páginas, contendo uma petição com 10 000 assinaturas e com o título "Exigimos Justiça". O mesmo jornal incluía um texto com o título incómodo "Quem matou Carlos Cardoso?", tendo por baixo as

assinaturas do Prémio Nobel Gunter Grass, dos escritores Noam Chomsky e Jan Myrdal, entre outros. O grupo parlamentar da Renamo-União Eleitoral e o próprio líder da oposição Afonso Dhlakama fizeram questão em assinar a petição, não obstante Cardoso ser tradicionalmente hostil à Renamo. Ironicamente, as figuras históricas da Frelimo primam pela ausência no documento. Dão a cara, dois antigos ministros da Informação, Jorge Rebelo e Teodato Hunguana e o deputado Sérgio Vieira.

À passagem dos 90 dias, o grupo cívico volta à carga, desta vez ocupando uma página inteira do matutino *Notícias* com a "cronologia da não-investigação", um texto com 2107 palavras assinado pela jurista Lucinda Cruz, claramente um libelo acusatório à inércia das autoridades de investigação criminal. Poucos dias depois, o *Metical* faz saber que o presidente da Câmara Municipal de Maputo dá o dito por não dito na iniciativa de construção de um monumento no lugar onde foi assassinado Cardoso. Alega-se que Canana, o autarca, está sob pressão do Governo central. É que desde o assassinato, o local é alvo de romagem permanente por parte dos cidadãos da capital, que o mantêm ajardinado e habitualmente com flores frescas.

Boatos e conspirações

Voluntária ou involuntariamente, o silêncio, a falta de tacto no lidar com a imprensa e os sinais negativos que vão transparecendo para a opinião pública fazem aumentar no dia-a-dia as vozes de descontentamento contra a forma como o Governo tem gerido a presente crise. E como sempre nestas situações, não deixam de existir a mais mirabolantes teorias conspiratórias, envolvendo facções no poder interessadas no silenciamento de Cardoso, mesmo não existindo evidências para tais conjecturas.

O atentado contra o procurador Albino Macamo a 14 de Fevereiro muito contribuiu para fomentar mais suspeições. Macamo foi o autor da sindicância ao procurador que alegadamente fez "encalhar" o processo de desfalque de 14 milhões de dólares no Banco Comercial de Moçambique (BCM), assunto longamente tratado por Carlos Cardoso nas páginas do *Metical*. Anteriormente, Afonso Antunes, outro procurador envolvido na mesma investigação, foi alvo de disparos à queima-roupa e o advogado do banco, Albano Silva, foi alvejado dentro da sua própria viatura. As suspeições não terminam por aqui.

O desfalque no BCM tem alegadamente como protagonistas os proprietários da Unicâmbios, um dos maiores operadores de troca de moeda no mercado moçambicano,

Moçambique: Resultados das Eleições 1999

PRESIDENCIAIS

Joaquim Chissano

52,29%



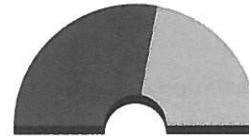
Afonso Dhlakama

47,71%



LEGISLATIVAS

Frelimo
48,54%
133 assentos
parlamentares



Renamo
38,81%
117 assentos
parlamentares

Os resultados da Província de Nampula foram decisivos:

Afonso de Dhlakama e a Renamo, na oposição, triunfaram com mais de 50% dos votos

Esta Província é vista como um dos bastiões da Renamo, mas a Frelimo conseguiu obter mais 7 assentos parlamentares do que em 1994.

Fonte: Agência Moçambicana de Informação

outro dos alvos das investigações do *Metical*. A dar crédito a acusações recentes na imprensa moçambicana alicerçadas em evidências factuais, os poderes dos proprietários da Unicâmbios incluem favores da polícia na detenção arbitrária de concorrentes empresariais e subornos à imprensa para tratamento de imagem.

A campanha mediática sem precedentes, com ramificações que ultrapassam claramente o espaço nacional, as ondas sucessivas de rumores, a par da instabilidade política criada pelos desentendimentos com a Renamo, têm vindo a fragilizar seriamente a imagem do Governo. E nem mesmo os sorrisos e apertos de mão entre Chissano e Dhlakama em Dezembro e Janeiro foram suficientes para acalmar a opinião pública. A moeda nacional, depois de Novembro, já desvalorizou mais de 10 por cento, índice superior à desvalorização verificada ao longo de todo o ano de 1999.

No mundo dos negócios é incontornável o pessimismo transmitido pela turbulência política e pelo crime violento.

É esta conjuntura que explica a forma aparentemente atabalhoada como as primeiras pistas do caso Cardoso foram tratadas na imprensa.

Resta saber se será o suficiente para restabelecer os níveis de confiança entre a população, num momento em que o flagelo das catástrofes naturais abala de novo uma larga porção do território moçambicano. ■